

ISABEL BARBOSA DE AMORIM

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA,
PROBLEMATIZANDO E (RE)CONCEITUANDO
Um estudo de caso do Festival UFRJmar

Niterói, 2011

ISABEL BARBOSA DE AMORIM

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA,
PROBLEMATIZANDO E (RE)CONCEITUANDO
Um estudo de caso do Festival UFRJmar

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do Grau de Bacharel.

Orientador Prof. Dr. LUIZ AUGUSTO FERNANDES DE OLIVEIRA

Niterói, 2011

ISABEL BARBOSA DE AMORIM

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA,
PROBLEMATIZANDO E (RE)CONCEITUANDO
Um estudo de caso do Festival UFRJmar

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do Grau de Bacharel.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues - Orientador
UFF

Prof. Dr. Fernando Antônio Sampaio de Amorim
UFRJ

Isabel Cristina Alencar de Azevedo
Assessora Especial da Pró-Reitoria de Extensão
UFRJ

Niterói, 2011

Ao amigo Luiz Henrique Costa.

AGRADECIMENTOS

À oportunidade de viver intensamente a extensão.

Ao Professor Luiz Augusto, pela orientação e por estabelecer prazos.

Ao Fernando Amorim, pela confiança.

Ao Leonardo Simmer, pelo convite.

Ao Professor Milton Flores, pelas aulas de política.

À Isabel Alencar, pela parceria.

À Natália Rodrigues, por atender às minhas ligações.

À Laíssa Costa, pela companhia diária.

Aos amigos que fiz no Núcleo.

E claro, aos meus pais, Tânia e Guilherme, por tudo.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1. A Extensão Universitária	
1.1 Conceituando.....	9
1.2 Histórico.....	10
2. Problematizando a Extensão Universitária	
2.1 Problematizando.....	16
2.2 Desenvolvendo as Problemáticas.....	19
3. Extensão e Cultura	
3.1 Extensão e Cultura.....	28
3.2 A Extensão e o Curso de Produção Cultural.....	33
4. Estudo de Caso	
4.1 Festival UFRJmar.....	37
4.2 Relato em Primeira Pessoa – Formação pela Extensão.....	43
Conclusão.....	46
Bibliografia.....	48
Anexos.....	50

INTRODUÇÃO

A escolha do tema extensão universitária é decorrente do envolvimento que tenho com a prática desde fevereiro de 2007, quando ingressei como bolsista de extensão no Núcleo Interdisciplinar UFRJmar, ainda como estudante do curso de graduação em Administração da UFRJ. À mim foi designada uma função no Núcleo de Comunicação e Produção do projeto, encarregado dos eventos próprios e ainda de outros eventos da universidade em que participa o Núcleo.

Nesses mais de quatro anos de trabalho nos projetos do Núcleo e da universidade como um todo, essa monografia foi se escrevendo em mim, sem que fosse posta no papel. Algum tempo depois, já aluna do curso de Produção Cultural da UFF, esforçava-me por levar sempre a experiência na extensão para a sala de aula do curso, onde ela era, a meu ver, insípida e até desconhecida, sobretudo pelos discentes.

Nesse tempo também pude entrar em contato com a rica diversidade das práticas extensivas da UFRJ. E ainda, participando dos Fóruns de Extensão Nacionais, comecei a conhecer um cenário ampliado das ações de extensão. Em ambos os casos, de forma casual, pude trocar experiências com uma infinidade de pessoas das mais diversas áreas, conversas essas que de certa forma também estão presentes nesse trabalho.

Com esse trabalho, pretendo proporcionar uma leitura fácil do que é extensão além do discurso, de que é um dos três pilares indissociáveis do ensino público superior no Brasil, juntamente com ensino e pesquisa. Para alcançar esse objetivo utilizarei diversos exemplos com a finalidade de ilustrar seu conceito e sua prática, dispostos em três capítulos e no estudo de caso do Festival UFRJmar.

No primeiro capítulo é trabalhado o conceito de extensão a partir do Plano Nacional de Extensão Universitária de 2001, documento criado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), do qual falarei mais adiante. Ainda nesse capítulo, será traçado um panorama histórico do desenvolvimento da extensão, levando em conta os contextos políticos de cada época.

Após a familiarização com o tema, no capítulo seguinte serão elencadas, em tópicos, as principais questões postas para a extensão hoje em

âmbito nacional. Em seguida, consta um subcapítulo que objetiva aprofundar certas questões e exemplificar algumas soluções às problemáticas dispostas anteriormente.

No último capítulo, será feita uma ponte entre extensão e cultura, uma das oito linhas temáticas de trabalho estipuladas também pelo FORPROEX. Nesse capítulo, será tratada ainda a relação do curso de Produção Cultural com as práticas extensivas.

E, por fim, será exposto o estudo de caso do Festival UFRJmar, em que será feita uma análise mais aprofundada desse projeto, pondo lado a lado as práticas propostas por ele e o conteúdo trabalhado anteriormente.

1. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

1.1 CONCEITUANDO

Conceituar extensão não é uma missão simples. O resultado desse processo deve gerar um conceito comprometido com as especificidades que essa prática demanda ao mesmo tempo que possa ser maleável, de forma que caibam nele as propostas de ações, que muitas vezes ela inaugura.

Essa tarefa foi feita pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) no ano de 1998, que resultou no Plano Nacional de Extensão Universitária (ver anexo), atualizado nos anos de 2000/2001 e legitimado pela Secretária de Ensino Superior do MEC (Sesu). Nesse documento objetiva-se apresentar e conceituar a extensão universitária, dar um breve panorama da sua história e, por fim, propor objetivos, metas e ações para este campo.

Muito foi mudado nas universidades brasileiras desde então, mas esse documento ainda permanece como norteador das ações de extensão e é a partir de seu conceito que a extensão será tratada nesse trabalho.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

(FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano**

Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.1))

A partir desse conceito é possível perceber a proposta central da extensão: se relacionar com o exterior da universidade, difundindo o conhecimento produzido nela, reconhecendo e introjetando os saberes produzidos fora dela e, a partir de propostas da universidade e demandas de fora dela, desenvolvendo e implementando ações nessas comunidades. É central para a extensão a relação entre esses conhecimentos, que esses saberes sejam trabalhados de forma enriquecedora para ambos, universidade e sociedade.

No cenário brasileiro, em que a minoria da população tem acesso às universidades e a maioria sofre, de alguma forma, com o desamparo do Estado, a extensão também busca promover a melhoria da vida nesses locais, mesmo que através de ações assistencialistas, caráter do qual pretende se afastar.

Especialmente nas cidades do interior, foco Norte e Nordeste, a extensão tem uma atuação muito importante. Suas ações podem ser de formas diversas, através da promoção de assistência médica e acompanhamento das famílias, do desenvolvimento do setor produtivo local, de cursos alfabetização de jovens e adultos etc. Elas variam de acordo com os cursos que são oferecidos nas universidades próximas e com as necessidades locais.

As ações propostas pela extensão são balizadas por linhas temáticas, criadas pelo FORPROEX, sendo elas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho.

Os exemplos que se encontram mais adiante ajudarão no entendimento do que é a extensão universitária.

1.2 HISTÓRICO

As primeiras ações classificadas como extensão são da Universidade de Cambridge e datam de 1873. Em seguida a essa iniciativa surgem ações da Universidade de Oxford, em 1885, da Universidade da Pensilvânia, em 1891, e da Universidade de Harvard, em 1910.

As ações da extensão nessa época eram desenvolvidas especialmente em quatro áreas: ações comunitárias, oferta de cursos abertos, desenvolvimento regional e rural.

Na Inglaterra, nesse momento da história, período da 2ª Revolução Industrial, as universidades eram um centro extremamente elitizados ao qual só tinham acesso pessoas muito ricas. Enquanto isso, existia grande parte da população que vivia na pobreza extrema e, ainda, na miséria. Nesse contexto, essas universidades promoviam leituras públicas e ofereciam cursos, especialmente na área de educação.

Já os Estados Unidos estavam num período de crescimento e desenvolvimento econômicos (mas ainda com um sistema educacional excludente) que servem de terreno para a proliferação de ações de extensão nas áreas supracitadas. Um marco desse movimento é o documento produzido pela American Society, organização local formada na Filadélfia por iniciativa de um professor da Universidade da Pensilvânia, Provost Pepper, "Extension of University Teaching", que pode ser traduzido por Extensão do Ensino Universitário. Esse documento continha uma definição de extensão universitária e propunha um sistema de ensino a partir dela.

Na América Latina, considera-se que o início de uma nova relação entre universidade e sociedade que abrange a questão extensionista inicia-se na Argentina, através do movimento dos estudantes da Universidade de Córdoba em 1918. Esses estudantes, insatisfeitos com o distanciamento existente entre esses dois corpos, com a verticalização do ensino dentro das Academias, com a disparidade da realidade local com aquilo era ensinado, entre outras coisas, propõem uma nova universidade.

É proposta uma universidade que se relacione com os problemas locais, que absorva o saber popular e que seja comprometida com mudanças sociais. Esse movimento inaugura uma nova forma de pensar a universidade e o seu dever com a nação, ela é colocada em posição central na formulação e na construção de uma sociedade para todos.

A importância e a riqueza de proposições desse movimento é tamanha que é resultado dele, também, o princípio de autonomia universitária, tão caro até os dias de hoje. É ainda a partir dele que se proliferam as Universidades Populares na América Latina. O objetivo dessas universidades era democratizar o

ensino, ampliando a oferta de atividades para as massas populares através de cursos, palestras, concertos etc, e formar cidadãos críticos. Nelas os estudantes universitários tinham a oportunidade de colocar em prática conhecimentos e metodologias de uma forma impensável dentro das Instituições tradicionais e conservadoras em que normalmente estudavam.

No Brasil, a primeira Escola Superior a tomar consciência da necessidade de difusão do saber produzido dentro dessas instituições é a de São Paulo por volta de 1911. A oferta de conferências abertas ao público é a ação resultante desse novo pensamento.

As ações de extensão se ampliam significativamente na década de 30, com o movimento da Escola Nova, que teve a participação de diversos intelectuais como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. A partir desse movimento se implementa em 1931, através de Decreto, o Estatuto das Universidades Brasileiras, em que se reconhece a extensão universitária como parte do sistema de ensino superior.

A extensão universitária está presente nas atividades didáticas do documento e, segundo ele, suas ações deveriam ser desenvolvidas através de cursos intra e extra universitários, de conferências e de demonstrações práticas. Os espaços a serem usados eram, preferencialmente, os das instituições públicas de ensino, mas também outros espaços que possibilitassem o atendimento à um grande público. A proposição de ações de extensão já fica limitada à institutos universitários.

Nesse documento, consta a primeira formulação do que o governo entende por extensão, conceito mais elaborado posteriormente, nele: “A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos, filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.” (BRASIL. Decreto 19.851 de 20 de dezembro de 1931. Art.109.).

Em 1934, Gustavo Capanema assume o recém-criado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (Decreto No 19.402 – de 14 de novembro de 1930), posteriormente Ministério da Educação e Saúde. Na função de ministro, cercou-se de intelectuais da época como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade e Cecília Meireles, e, como resultado disso desenvolveu também a área da Cultura no país. Como resultado disso, as ações extensivas atribuídas a essa época, final dos anos 30 e início dos 40, período em que já vigorava a ditadura do

Estado Novo, estavam muitas vezes vinculadas à área cultural. Dada a conjuntura política, elas tinham o objetivo claro de difundir os ideais do governo. Alguns exemplos são as salas de leitura e algumas experiências de rádio difusão.

O próximo momento marcante do movimento de reflexão do papel das universidades brasileiras que tinha a vocação extensionista, nasce no início da década de 60 oriundo do movimento estudantil organizado com a criação do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes¹. O CPC da UNE encontra apoio dos intelectuais e artistas da época e, criado no Rio de Janeiro, rapidamente se difunde no território nacional.

A sua proposta é de produzir arte política, comprometida com mudanças sociais. Nesse movimento, intelectuais, estudantes e artistas se juntam ao proletariado para propor um país mais igualitário. É a primeira ação de extensão, mesmo que sem essa nomenclatura, oriunda do movimento social no país. Com o golpe militar de 1964, essa organização é desfeita, bem como a própria UNE, que é posta na ilegalidade e tem sua sede queimada no mesmo ano.

Com a redemocratização do país e a ampla participação popular na década de 80, pensa-se numa nova concepção de universidade, que propõe a reformulação das práticas de ensino, pesquisa e extensão, tornando-os indissociáveis no Artigo 207 da Constituição Federal de 1988, marco da nova democracia brasileira.

Data desta época também a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). A partir da sua criação, em novembro de 1987, esse órgão busca debater e formular sobre as questões da extensão universitária, tais quais sua conceituação, sua praxis, seus objetivos e suas metas. No entanto, a aplicação dessas ideias é restringida pelos contextos históricos e políticos em âmbito nacional, estadual e institucional.

Mesmo nesse novo patamar de institucionalidade alcançado pela extensão na Constituinte de 88, a sua atuação fica limitada à ações isoladas. Nesse período, a implementação de programas e projetos de extensão ficou a cargo dos então Reitores, o que resultou nesse cenário de ações pontuais e concentradas.

¹ Um desdobramento do CPC da UNE é o Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA) criado pela mesma instituição no final dos anos 90 e que, dado o atual contexto histórico, tem mais dificuldades de difusão no território nacional. No entanto, nas universidades em que há um núcleo do CUCA, sua atuação é bastante significativa. Na UnB, por exemplo, o CUCA foi institucionalizado como projeto de extensão coordenado por um professor da instituição.

Nos anos 90, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, que teve como Ministro da Educação Paulo Renato, a situação da extensão sofreu com imobilidade e, até, retrocesso. Com o orçamento diminuto destinado às universidades nesse período, parcamente se financiava o ensino, quiça a pesquisa e extensão. Foi uma gestão governamental marcada por greves de professores e funcionários das universidades federais, e manifestações estudantis que pleiteavam melhorias nas Universidades públicas.

A pesquisa, cujo desenvolvimento em grande parte das vezes beneficia o Segundo Setor da economia, buscou financiamento do mesmo, ainda que não na escala em que se encontra hoje, com injeção massiva de capital nos laboratórios de pesquisa para desenvolvimento de tecnologia de ponta. É nessa época que essa prática teve um amplo crescimento junto às instituições públicas de ensino, e, existente até os dias de hoje, tem um caráter privatizador dos espaços financiados pelo setor privado dentro das instituições públicas de ensino.

Essa lógica de financiamento da pesquisa é um dos fatores que a distancia da prática conjunta com a extensão. Diante dessa oferta de capital, a extensão fica com um apelo muito baixo junto aos laboratórios de pesquisa. Neste caso, cabe às universidades regular essa relação e garantir que o investimento privado não seja um impossibilitador do desenvolvimento das ações atribuídas a ela.

A extensão dos anos 90 é caracterizada por um corpo sem movimento. Apesar do esvaziamento de suas ações, o FORPROEX continuou seu trabalho no âmbito da formulação de um projeto nacional de extensão e, em 1998, lança o Plano Nacional de Extensão Universitária, atualizado em 2000/2001 e vigente até os dias de hoje.

A partir de 2002, com o governo Lula, a postura em relação às universidades públicas muda e o objetivo é a ampliação do sistema de ensino superior. Inicialmente, são aumentados os recursos financeiros, e, já no segundo mandato, é proposta a Reforma Universitária, o REUNI, no ano de 2008.

É objetivo fim desse governo a democratização do acesso às universidades através da ampliação de vagas, da abertura de cursos noturnos, de novos cursos de graduação e vagas para concurso público de docentes, entre outras ações, que variam de acordo com as resoluções de cada instituições de ensino. Outro fator determinante é a adoção do Sistema de Seleção Unificado que utiliza a

prova do ENEM como meio de ingresso às universidades, processo seletivo adotado por 39 das 59 universidades federais brasileiras no ano de 2010.

A extensão aproveitou também esse momento de crescimento e avançou no processo de consolidação deste campo, por impulso das próprias instituições de ensino, do avanço conquistado pelo FORPROEX e por incentivo do Governo Federal.

Exemplos de conquistas desse novo período são a criação do Congresso Brasileiro de Extensão, que terá sua 5ª edição em 2011, a criação e ampliação de programas institucionais de bolsas para alunos que atuam na extensão, a institucionalização de projetos e programas de extensão, o decreto que define a institucionalidade de ações de extensão como parâmetro para a destinação de orçamento pela União, o lançamento de três editais PROEXT pelo Governo Federal para beneficiar exclusivamente projetos e programas de extensão, entre outras.

Ainda é muito cedo para se fazer qualquer avaliação do recente governo empossado, mas é certo que o retrocesso da extensão não é uma alternativa diante de tantas conquistas.

2. PROBLEMATIZANDO A EXTENSÃO

2.1 PROBLEMATIZANDO

Os problemas que circundam o tema e a prática da extensão universitária têm diversas origens: o descaso com a extensão ao longo do tempo, a imobilidade causada pela falta de recursos destinado às universidades públicas e à extensão em consequência, o pensamento de que a academia é a detentora do saber absoluto, ignorando o saber popular, e ainda inúmeras questões de ordem burocrática. A seguir estão elencadas as questões centrais postas para a extensão no presente momento.

Vale ressaltar que a itenização está disposta de forma aleatória e será complementada por alguns exemplos e detalhamentos em seguida.

- Institucionalização da extensão nas Universidades por meio da criação de Conselhos Unificados de Ensino, Pesquisa e Extensão, com funções deliberativa, normativa e consultiva nas três áreas. Conselho este formado por Câmaras de Ensino, de Pesquisa e de Extensão. No caso de impossibilidade de aplicação deste Conselho, institucionalização através da criação de um Conselho de Extensão, o que evidencia a falta de integração entre os três pilares da educação superior no Brasil;

- Formulação de critérios para o desenvolvimento e avaliação de desempenho das atividades de extensão. Através da criação de meios de avaliação é possível dar maior suporte aos projetos e programas, fazer relatórios, tanto quantitativos como qualitativos, de avaliação das atividades desenvolvidas e, com esses dados, consolidar as conquistas da extensão e pleitear junto às universidades, aos ministérios e às agências de fomento mais estrutura e financiamento;

- Integração orgânica com os movimentos sociais, criando uma ideia de via bidirecional em que ambas se cruzam, se comunicam e se modificam, substituindo a ideia de via de mão dupla, em que as duas podem andar de um lado

ao outro sem verdadeiramente se relacionarem. Os membros de movimentos sociais que atuam na extensão devem estar aptos, como os estudantes, a receberem bolsas das instituições, já que o conhecimento e a atuação de agentes oriundos dessas comunidades é fundamental na relação comunidade-universidade, uma vez que são facilitadores, direcionadores e propositores das práticas de extensão nesses locais. A contemplação dos movimentos sociais e a valorização do seu conhecimento através do meio financeiro evidencia uma mudança de pensamento nessas instituições;

- Realização anual do Congresso Brasileiro de Extensão (CBEU), atualmente realizado bianualmente, de forma que não possibilita a participação e o diálogo de muitos estudantes que não permanecem por um período tão grande na prática extensionista. Esse intervalo de tempo distancia e dificulta a troca de experiências entre projetos, programas e praticantes da extensão, tão cara a esse campo. Outra possibilidade é a criação de outros Fóruns Nacionais ou Regionais que tenham a prática de extensão como foco;

- Criação de um Fórum de Estudantes Extensionistas, assim como existe o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, com o objetivo de deliberar as questões da extensão a partir da visão do estudante que a pratica. Fórum este que tivesse núcleos regionais ou estaduais que permitissem encontros mais frequentes. Num primeiro momento, com o apoio e aparelhamento do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e das Pró-Reitorias de Extensão;

- Integração da extensão ao sistema de pontos e progressão dos professores das universidades públicas. A institucionalização da extensão como um critérios de progressão na carreira representa uma vitória para os profissionais que já a praticam e mais um incentivo para os que virão a praticar;

- Integração da extensão ao sistema de créditos e carga horária dos estudantes da graduação através do cumprimento do item 23, sub-item 4.3. Objetivos e Metas, item 4. Educação Superior, do Plano Nacional de Educação de 2001, vigente até o presente momento e que prevê o mínimo de 10% da carga horária dos cursos de graduação voltados para a prática extensionista;

- Curricularização da extensão, de forma que constem nas grades curriculares disciplinas cujo objetivo seja a sua prática, cumprindo e contribuindo com a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001;
- Contemplação de projetos e programas de extensão em editais das Agências de Fomento tais como FAPERJ, CAPES, CNPq, que possuem somente editais para desenvolvimento de pesquisas;
- Criação de programas de bolsas de extensão pelas instituições tais como FAPERJ, CAPES e CNPq, como já ocorre com a pesquisa, de forma a possibilitar que um maior número de estudantes possam usufruir dessa prática;
- Implementação de orçamento próprio para extensão, dando mais autonomia para as Pró-reitorias, engrossando e colaborando para a institucionalização nas instituições;
- Institucionalização de programas de extensão consolidados de forma a garantir sua continuidade e a participação de um número crescente de estudantes ao longo do curso de graduação. Ressalta-se que o número de programas de extensão institucionalizados interfere no orçamento que será destinado às universidades, conforme o decreto no 7233 de 19 de julho de 2010. Além da consolidação dos programas, através do crescimento no número de projetos institucionalizados, consolida-se também extensão dentro e fora das instituições de ensino;
- Participação da extensão na formulação e implementação de políticas públicas, visto que as suas práticas e propostas visam promover o desenvolvimento da sociedade brasileira através da atuação em determinadas comunidades. A extensão, historicamente, responde às demandas das comunidades através da proposição de novas metodologias e da construção coletiva com os sujeitos, diretamente afetados por essas políticas;

- Reafirmar o princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e colaborar para a sua consolidação dentro das instituições de ensino. Um primeiro passo é o tratamento desses campos em grau de igualdade e importância dentro dessas instituições, levando em conta as particularidades de cada um;

- Reafirmar as diferenças entre projetos, que tem uma duração específica, e programas, que promovem ações continuadas. Consolidar ainda o papel dos eventos de extensão, capazes de difundir as ações deste campo e de agregar novos estudantes, professores e comunidades;

- Reafirmar o conceito de extensão desenvolvido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão junto aos professores, ao corpo administrativo e aos estudantes das instituições de ensino e junto à sociedade, de forma a criar uma unificação das bandeiras da extensão e impedir a manipulação do conceito e a utilização de forma errônea dos recursos da mesma para subsídio de bolsas de assistência estudantil ou estágios administrativos;

- Criação de Pró-reitorias exclusivas para os assuntos da extensão. Separação e emancipação de Assistência Estudantil ou Assuntos Comunitários como ainda existe em algumas universidades;

2.2 DESENVOLVENDO AS PROBLEMÁTICAS

Conforme dito no capítulo anterior, serão expostos exemplos de parte dos tópicos enumerados acima que ilustram a viabilidade das propostas feitas. Alguns desses exemplos demandam o desenvolvimento mais aprofundado de certas questões, o que será feito em seguida à exposição deles.

No caso da criação de um Conselho Unificado de Ensino, Pesquisa e Extensão, com câmaras setoriais de cada uma das áreas, essa estrutura já existe na maior parte das universidades federais do país. A exemplo estão: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a

Universidade Federal da Bahia (UFBA). Cabe a cada instituição pautar essa proposta, discuti-la com seu corpo universitário nas diversas instâncias e fazer valer a vontade da maioria, fruto de um processo democrático.

No tópico que propõe a aceitação e introdução dos saberes populares no currículo da graduação por meio da extensão, evidenciando a real integração entre sociedade e universidade, servirá de exemplo a iniciativa da Universidade de Brasília. Essa instituição introduziu a disciplina “Artes e Ofícios dos Saberes Tradicionais” em módulo livre, que compõe o currículo de todos os cursos de graduação.

Essa disciplina é ministrada por cinco mestres populares e indígenas e por professores da própria instituição. A sua criação e implementação foi intermediada pelo Ministério da Cultura a partir do Projeto Encontro de Saberes que visa a interlocução dos saberes tradicionais da cultura indígena, afro-brasileira e de comunidades populares ao saber desenvolvido na Academia. A proposta é que esses mestres ministrem a disciplina acompanhados por um professor da universidade, por exemplo: “O professor de arquitetura Jaime Almeida acompanhará as aulas do mestre Maniwa Kamayurá, representante dos povos indígenas do Alto Xingu e especialista em construção da residência tradicional kamayurá.” (referência a seguir).

Para ilustrar a riqueza do projeto, um trecho que lista os professores da disciplina ofertada pela primeira vez no segundo semestre de 2010:

A disciplina foi ofertada no segundo semestre de 2010, dentro da grade regular da graduação da universidade. Os professores foram: Biu Alexandre, mestre de teatro popular de Cavalo Marinho, de Pernambuco; Lucely Pio, mestra raizeira quilombola do estado de Goiás, ligada à Articulação Pacari de Plantas Medicinais do Cerrado e mestre Benki Ashaninka, representante do povo ashaninka do Acre, que desenvolve um trabalho de conhecimento da floresta comprometido com a proteção ambiental. As aulas de mestre Zé Jerome² terminam na segunda-feira, dia 22, e quem encerra a disciplina é o mestre Maniwa Kamayurá, representante dos povos indígenas do Alto Xingu, especialista em construção da residência tradicional kamayurá.
(<<http://www.cultura.gov.br/site/2010/11/19/encontro-de-saberes-11/>> Acesso em: 11 abr. 2011.)

² Mestre Zé Jerome é do Congado de Moçambique de Cunha (SP), e ministrou aulas da dança tradicional, que pratica há 70 anos.

O projeto encontro de Saberes é uma parceria do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação e da Universidade de Brasília. É apoiado também pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, órgão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A proposta inicial é que possa ser reproduzido em outras universidades do país. Vale ressaltar que não há menção à extensão universitária, apesar de ser um projeto que pratica o conceito na sua forma menos encontrada, que é na inserção dos movimentos sociais nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), mas vital na sua conceituação mais moderna.

A proposta da criação de novos Fóruns para debater a extensão ou ainda tornar o Congresso Brasileiro de Extensão (CBEU) anual, ao invés de bienal, visa promover a troca dos saberes produzidos nas práticas extensivas, de forma que possam ser reproduzidas e aprimoradas a partir do debate nesses espaços.

O CBEU, desde a sua criação, teve quatro edições: no ano de 2002 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no ano de 2004 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no ano de 2006 na Universidade Federal de Santa Catarina e (UFSC) e, o último, no ano de 2009 nas Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). A próxima e quinta edição ocorrerá no mês de novembro de 2011 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Entre as terceira e quarta edições houve um intervalo de três anos, o que distancia e dificulta esse diálogo.

É vital para a extensão a relação de troca com o outro, a troca com a população que está fora das universidades, mas também a troca entre a própria extensão. Especialmente para os estudantes, que muitas vezes não conhecem o universo das instituições de ensino superior do país, a realidade em que elas atuam e como a extensão, em algumas dessas comunidades, desempenha mais o papel do Estado do que ele mesmo, por meio de assistência e acompanhamento médico, assessoria jurídica, proposta de um desenvolvimento mais eficaz ou sustentável das atividades econômicas locais e da construção de metodologias e práticas em resposta às demandas da localidade.

A troca de experiências entre os estudantes extensionistas é fundamental para que seja possível conhecer e perceber o vasto e diversificado universo dos programas e projetos da área, a atuação das Pró-Reitorias e Reitorias como possibilitadoras e propositoras ou não, a relação com a sociedade, se é de

fato uma relação bidirecional, a relação com a pesquisa e ensino nas instituições, se é de fato integrada, e, por fim, a evolução no âmbito da institucionalização deste campo.

Quanto a criação de um Fórum de Estudantes Extensionistas, já houve uma tentativa como resultado de alguns encontros realizados por iniciativa dos estudantes presentes durante o I Seminário Nacional de Cultura e Extensão Universitária, no ano de 2009 na Universidade Federal de São João del Rei. Como resultado foi criado num grupo de discussão virtual (<http://br.groups.yahoo.com/group/forumnacionaldeextensao/>) e até um novo encontro da região Sudeste foi realizado, em São Paulo no mês de julho do mesmo ano.

As impossibilidades de novos encontros e a grande atribulação inerente aos estudantes de graduação que praticam extensão freou o desenvolvimento desta iniciativa, que com o apoio e aparelhamento do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e das Pró-Reitorias de Extensão pode ainda se concretizar.

As universidades contemporâneas estão cada vez mais próximas do dito “mercado” e da lógica de ser mera formadora de profissionais para abastecê-lo, mas precisam recordar o seu dever. Essa universidade tem o dever de ser um elemento de transformação social desses sujeitos que por ela passam e que neste período, além de obter conhecimento, se desenvolvem enquanto atores políticos e também agentes dessa transformação social.

A atuação na extensão é uma grande contribuição no desenvolvimento dessa vocação das universidades. Os estudantes que por meio da extensão entram em contato com realidades de desamparo e descaso do Estado, normalmente distantes da sua, têm a oportunidade de assumir seu papel transformador da sociedade e da realidade.

Vale lembrar que foi através do Movimento Estudantil que se começou o movimento da extensão comprometida com mudanças sociais na América Latina, no processo descrito anteriormente que ocorreu na Universidade de Córdoba. A partir do questionamento dos estudantes em relação ao distanciamento do ensino com os problemas locais e a proposição unicamente de ações pontuais por parte das universidades, como cursos, foi possível repensar e resignificar o

conceito de extensão e do papel da universidade atribuindo-lhe a ideia de universidade integrada ao povo e à realidade local.

No Brasil a ação dos estudantes também foi expressiva e comprometida com a democratização do conhecimento e a ampliação dos muros da Academia. Haja vista o histórico da atuação dos estudantes e o cumprimento do papel das universidades como formadora de sujeitos é não só natural como latente a criação e existência de um Fórum destinado às questões levantadas por eles.

Para garantir a prática constante da extensão é necessário que os professores que nela atuam sejam reconhecidos e contemplados no programa de pontos e progressão na carreira acadêmica. Atualmente existem cinco classes na carreira acadêmica nas universidades federais (as estaduais possuem um sistema semelhante, mas com prazos e nomenclaturas diferentes): auxiliar, assistente, adjunto, associado e titular, cada um deles subdividido em quatro níveis.

A progressão nas três primeiras classes e níveis, que garantem progressão de salário, dependem de fatores como: titulação (mestre ou doutor), tempo e merecimento. Para a progressão para Titular, o topo da carreira de professor nas instituições de ensino, é necessário fazer um novo concurso no qual podem concorrer professores da mesma instituição, bem como de outras. Outros fatores que contam pontos na carreira acadêmica é o envolvimento na pós-graduação através da orientação de alunos do mestrado e doutorado, a ocupação de cargos administrativos e o envolvimento com pesquisas. Esse sistema é mais um reflexo do preconceito que a extensão sofre dentro das próprias instituições de ensino e é um elemento inibidor do envolvimento de novos professores na prática.

Para ilustrar a proposta de integração da extensão ao sistema de créditos e carga horária dos estudantes da graduação através da institucionalização do item 23, sub-item 4.3. Objetivos e Metas, item 4. Educação Superior, do Plano Nacional de Educação de 2001, vigente até o momento, é disposto um recorte do próprio documento:

23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.

(Plano nacional de educação – Brasília: Senado Federal, UNESCO, 2001)

É possível encontrar em algumas universidades esse tipo de disciplinas, como na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que implementou desde o ano de 2001 no currículo de todos os cursos de graduação a “Atividade Curricular em Comunidade”, um desdobramento do programa de extensão “UFBA em Campo” criado em 1997. É uma disciplina prática de no mínimo 60 horas e 4 créditos que pode ser realizada nos espaços das comunidades ou nos espaços da universidade e tem as seguintes proposta para os estudantes que nela atuam:

- Desenvolver atividades pedagógicas de intercâmbio de conhecimentos entre a universidade e a população: ministrar cursos, fazer ou promover conferências, palestras, ciclos de estudos, debates, oficinas, seminários, exposições, concertos, recitais, espetáculos, mostras, feiras, campanhas, formação ou promoção de grupos artísticos, etc.
- Promover meios de conhecimento de realidades específicas, elaborando, cooperativamente, levantamentos, pesquisas de campo, diagnósticos, projetos e colaborando no encaminhamento de soluções de problemas.
- Vivenciar práticas profissionais de forma cooperativa e multidisciplinar em situações concretas de demandas da população.
- Acompanhar, apoiar e assessorar projetos comunitários em desenvolvimento.
- Desenvolver atividades artísticas ou de resgate da memória cultural em comunidades.
- Agregar aspectos qualitativos de interesse ou de necessidade da população nas ações promovidas pelo poder público ou por organizações da sociedade civil.

(<<http://www.acc.ufba.br>> Acesso em: 11 abr. 2011)

Sobre este tópico, vale ressaltar que não é objetivo da extensão e que não deve ser implementada uma relação em via de mão única. Além de incorporar as demandas locais aos projetos propostos para determinada localidade, a população da mesma deve estar apta a ser proponente de ações. Essa é uma questão que se vê a exaustão quando o assunto é extensão, a relação de retroalimentação de saberes entre universidade e sociedade, o que não poderia ser feito de outra forma, dado o seu papel central nas práticas extensionistas.

Além de todas as medidas citadas ao longo desse capítulo como estratégia para ampliar a atuação da extensão, é necessário o fomento de projetos

de extensão por meio de agências públicas. Na realidade, pode-se dizer que existem editais que contemplam projetos de extensão, mas não com a nomenclatura ou o objeto extensão universitária, a exemplo o Programa Novos Talentos da CAPES, cuja chamada pública do edital de 2010 foi:

Programa Novos Talentos (CAPES) recebe propostas de Instituições Públicas de Ensino Superior até o dia 23 de julho

11/06/2010 – 08h28 - atualizado em 14/06/2010 - 08h50

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES torna público que receberá de Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES propostas de atividades no âmbito do Programa de Apoio a Projetos Extracurriculares: Investimento em Novos Talentos da Rede Pública para Inclusão Social e Desenvolvimento da Cultura Científica, denominado Programa Novos Talentos. A data limite para submissão de propostas é 23 de julho.

O objeto desse Edital é selecionar propostas para realização de atividades extracurriculares tais como cursos, oficinas ou atividades equivalentes no período de férias das escolas públicas e/ou em horário que não interfira na frequência escolar. As atividades deverão ocorrer nas dependências de universidades, laboratórios e centros avançados de estudos e pesquisas, museus e outras instituições, inclusive empresas públicas e privadas visando ao aprimoramento e atualização de professores e alunos da educação básica.

As propostas deverão estar em concordância com as instruções contidas no [Edital](#) e com a legislação aplicável à matéria.

Fonte: Assessoria de Comunicação

(<<http://www.cefetbambui.edu.br/portal/programa-novos-talentos-capes-recebe-propostas-de-instituicoes-publicas-de-ensino-superior-ate-o-dia>> Acesso em: 14 abr. 2011.)

O objeto desse edital é extensivo no que pretende atuar junto à professores e alunos da educação básica, ou seja, sociedade. Já no texto do edital é de uso recorrente o termo docentes-pesquisadores, e mais uma vez ignora, não só o termo, mas a prática extensionista. Além disso, esse é apenas um edital com esse perfil, são necessários muitos mais e que reconheçam a extensão enquanto prática indissociável do ensino e da pesquisa.

Uma conquista da extensão, foi a sua inclusão como indicador na solicitação do orçamento anual das universidades federais junto ao Governo Federal, isto é, o número de projetos de extensão desenvolvidos influencia no orçamento que será enviado à instituição. O reconhecimento legal disto está disposto no artigo 4º do decreto no 7233 de 19 de julho de 2010, para ilustrar, parte está disposta a seguir:

Art. 4º Na elaboração das propostas orçamentárias anuais das universidades federais, o Ministério da Educação deverá observar matriz de distribuição, para a alocação de recursos destinados a despesas classificadas como Outras Despesas Correntes e de Capital.

§1º A matriz de distribuição será elaborada a partir de parâmetros definidos por comissão paritária, constituída no âmbito do Ministério da Educação, integrada por membros indicados pelos reitores de universidades federais e por aquele Ministério.

§ 2º Os parâmetros a serem definidos pela comissão levarão em consideração, entre outros, os seguintes critérios:

I - o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes na graduação e na pós-graduação em cada período;

II - a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento;

III - a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional ou internacionalmente;

IV - o número de registro e comercialização de patentes;

V - a relação entre o número de alunos e o número de docentes na graduação e na pós-graduação;

VI - os resultados da avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pela [Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004](#);

VII - a existência de programas de mestrado e doutorado, bem como respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e

VIII - a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento.

([DECRETO Nº 7.233, DE 19 DE JULHO DE 2010](#). - Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos)

Exigir que haja um tratamento em termos de igualdade entre pesquisa e extensão parece absurdo, no entanto, necessário. Um exemplo da desigualdade com que estes são tratados no interior das instituições é o programa de bolsas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) que no Edital de Bolsas de Extensão 2011 ofereceu 130 bolsas no valor de R\$360,00 pelo período de 10 meses através do seu programa institucional, ou seja, bolsas pagas com o orçamento da mesma. Já o Edital Dpq 05/2010, para bolsas de pesquisa vigentes no ano de 2011, ofereceu 78 bolsas pelo programa de bolsas de Iniciação Científica do CNPq e 300 bolsas do programa institucional da universidade, ambas no valor de R\$360,00 pelo período de 12 meses.

Pode até ser que o número de bolsas seja menor devido ao menor número de projetos de extensão, mas mesmo isso sendo uma mera suposição, não há justificativa para que o tempo de vigência da bolsa seja diferente.

É evidente que solucionando estas questões, novas surgirão, mas novas questões resultantes de um processo de evolução e aprimoramento da extensão garantem a vivacidade desse movimento, que se propõe a não ter um fim.

3. CULTURA E EXTENSÃO

3.1 CULTURA E EXTENSÃO

A cultura é uma das linhas de trabalho da extensão, bem como é da sua natureza ser extensiva. É intrínseco à cultura a interação entre sujeitos, sejam eles do mesmo grupo, sejam de grupos distintos. A extensão é justamente o meio por onde essa relação se desenvolve na universidade.

Com a separação formal em dois ministérios, um de educação e um de cultura que ocorreu no ano de 1985, a relação entre essas duas áreas ficou fragilizada. Desde então, elas pouco dialogam. A universidade, conseqüentemente, sentiu os revezes dessa nova compreensão. No entanto, nos últimos tempos, ela vem desenvolvendo ações que pouco a pouco integram novamente essas duas dimensões.

Historicamente a universidade tem papel importante nos debates em torno da cultura. Ela é um polo de discussão e formulação sobre as questões e os desafios postos para esta área, como democratização do acesso e dos meios de produção de cultura, a valorização do patrimônio imaterial e dos bens simbólicos, entre outras tantas questões colocadas para esse campo. Além disso, como tem uma oferta ampla de cursos nessa área, possui a importante tarefa de ser também produtora e irradiadora de manifestações culturais.

O reconhecimento do papel protagonista da universidade na área cultural tem que ser resgatado e, para isto, tem contado com o apoio do Ministério da Cultura, que através de programas que contemplam a congruência dessas duas esferas garante a sua legitimidade. É importante que esse papel se fortaleça também dentro delas, reconhecendo a diversidade das manifestações de culturais e promovendo atividades em todas as suas esferas, caso que já ocorre em parte das instituições. Para ilustrar esse quadro, me debruçarei, mais uma vez, sobre exemplos.

Iniciando pelas medidas do Ministério da Cultura, tomamos como exemplo o Programa Cultura e Universidade, criado oficialmente em 30

de junho de 2010 através da portaria de nº70. O objetivo desse programa é “(...) fomentar ações e consolidar as políticas culturais no âmbito das instituições de ensino superior brasileiras (...)” (Diário Oficial da União – seção 1, Nº126, segunda-feira, 5 de julho de 2010).

A partir desse objetivo bastante amplo, pretende-se promover dentro dessas instituições uma reflexão crítica e constante sobre os aspectos simbólicos e econômicos da cultura, incentivar a formação de profissionais nessa área, possibilitar o desenvolvimento conjunto de pesquisas e ações culturais, através da extensão, que valorizem a produção artística nacional em todos os âmbitos, e, por fim, desenvolver ações em parcerias entre universidades e ministérios para a promoção da cultura.

Esse exemplo demonstra o reconhecimento da importância e do poder das universidades por parte do MinC, ao elevar as ações culturais desenvolvidas por elas ao status de políticas públicas. Através deste programa, o Ministério propõe ainda que essas instituições sejam mais um aparelho na construção de uma nova concepção de cultura que vem se desenvolvendo nos últimos anos no país.

Essa ação é recente, porém não isolada. Em 2010, eram contabilizados pelo Ministério da Cultura sete programas seus que contemplavam as universidades, sendo eles em parceria com o Ministério da Educação ou não. Esses programas são: o Pró-cultura, edital de Apoio às Pesquisas em Cultura, o Programa de Extensão Universitária (Proex, que contempla também outras áreas, como meio ambiente e saúde), o edital Prêmio de Pesquisa em Cultura, o edital de Apoio à Extensão Universitária com Interface no Estado de São Paulo, o Programa Interinstitucional de Cultura das Universidades da Região Sudeste (PRINC) e o projeto de Produção e Circulação Artística na Universidade.

É difícil obter informações do andamento desses programas na gestão passada do MinC e, mais ainda, na nova gestão. A maior parte das informações encontradas datam de 2010 e não possibilitam saber a amplitude de atuação dos programas e se de fato eles saíram do papel.

Com o intuito de obter mais informações sobre o andamento de uma dessas ações, aproveitei a proximidade geográfica dos proponentes do PRINC e contatei a Assessora Especial da Pró-Reitoria de Extensão da

UFRJ, uma das propositoras do projeto. O status atual do programa é que ele recebeu parte dos recursos via Fundação Universitária, mas ainda não começou a ser executado por conta de questões burocráticas sobre o uso dos mesmos. Vale ressaltar que essa imobilidade causada pela lentidão dos trâmites burocráticos é uma realidade que não se encontra apenas nas esferas da Cultura e da Extensão.

Saindo do contexto da produção cultural universitária a partir de propostas do MinC, serão expostas a seguir algumas ações culturais elaboradas e executadas via extensão pelas instituições de ensino superior.

O primeiro exemplo é de um evento: A Mostra de Teatro da UFRJ, que reúne as peças de conclusão do curso de Direção Teatral da instituição e que, em 2010, teve sua 10ª edição. O evento é aberto ao público, a entrada é gratuita e as apresentações acontecem na Escola de Comunicação da UFRJ e no Centro de Artes Calouste Gulbenkian, da Secretaria Municipal de Cultura.

Essas peças são resultado de um trabalho desenvolvido de forma interdisciplinar entre os cursos de Direção Teatral, Indumentária e Cenografia. Já o elenco pode ser formado por estudantes do curso, atores, alunos secundaristas do CAp UFRJ ou provenientes de testes abertos. Além dessa formação sortida que compõe esse processo, participam ainda os alunos dos cursos de Produção Editorial, Jornalismo e Rádio e TV que produzem a Revista *À Mostra*. Essa ação é produto do trabalho conjunto de ensino, pesquisa e extensão, tão caro ao aprendizado de forma ampla.

A oferta de bens culturais de forma democrática é um tipo de atuação das universidades no campo da cultura. Esses bens podem ser também apresentações musicais, exposições, exibição de filmes, apresentações de dança e manifestações de cultura popular. Uma outra forma da sua atuação é através do oferecimento de oficinas e cursos abertos à população de modo geral.

Um exemplo é o programa Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Esse programa funciona durante todo o ano letivo e tem ações direcionadas para a população acima de 60 anos, público este que normalmente não está contemplado com atividades pensadas a partir das suas especificidades.

Além disso, nessa faixa etária existe uma grande parcela que não teve a possibilidade de acesso às universidades, que eram ainda mais elitizadas há quarenta anos do que são hoje, e essa iniciativa é possibilitadora do desenvolvimento de conhecimentos e práticas jamais explorados por alguns.

Entre os objetivos da UnATI encontram-se a aprendizagem de novos conteúdos, o estímulo do convívio social dessa camada social e o desenvolvimento da criatividade. São oferecidos cursos, oficinas, palestras e workshops através de atividades continuadas e eventuais.

As áreas das atividades ofertadas são: Educação para a Saúde, Cursos com Atividades Físicas, Arte e Cultura, Conhecimentos Gerais, Conhecimentos Específicos Sobre a Terceira Idade, Atividades Extra-Curriculares, Atividades Extra-Curriculares – Línguas Estrangeiras, Atividades Destinadas a Profissionais e Estudantes da Área de Gerontologia e Atividades Livres.

Na parte de cultura estão disponíveis aulas de dança, de violão, de teatro contemporâneo, de música e emoção na expressão corporal, de história da arte, entre outras. Esse conteúdo poderia contemplar todas as faixas etárias, mas é importante que o conteúdo a ser trabalhado não se restrinja unicamente às questões da idade.

A amplitude das atividades propostas contempla a fruição de sujeitos diversos e a produção vasta de conteúdo. O resultado disso é de uma riqueza incalculável a que tem acesso os sujeitos da universidade, professores, funcionários e estudantes, e aqueles dispostos a experimentar. Esse é um exemplo de atividade que poderia ser realizada em qualquer universidade do país, beneficiando à uma camada da população pouco assistida pelo Estado e que está presente em todo o território nacional.

Para finalizar os exemplos, falarei de um programa que tem como foco as manifestações de cultura popular, a Companhia Folclórica do Rio-UFRJ. Esse grupo existe desde 1987 buscando sempre estudar e trabalhar as manifestações tradicionais de música e dança de todo o território brasileiro. É, desde então, um importante instrumento de valorização do saber popular dentro da UFRJ.

O grupo é formado por professores, estudantes, funcionários da instituição e pessoas de fora da comunidade acadêmica. Ele desenvolve

seus espetáculos a partir de pesquisas teóricas e imersão nessas comunidades dançantes e musicais.

Como resultado da imersão em comunidades, o grupo tem tido importante papel na reativação da cultura popular nesses locais, especialmente ao conseguir despertar o interesse dos jovens à cultura local da dança, do canto e do batuque. Algumas das manifestações que exalta em seus espetáculos são o Tambor de Crioula maranhense, o Batuque de Umbigada paulista, o Frevo pernambucano, os Congos capixabas e os Cocos nordestinos.

Todo o conteúdo produzido a partir dessas pesquisas teóricas e de campo são compartilhados em disciplinas de graduação dos cursos de Educação Física e Dança Contemporânea. Outra forma de compartilhar esses conhecimentos no ambiente universitário é a Roda Cultural, realizada mensalmente em espaço aberto no campus do Fundão/UFRJ, e que permite a participação ativa do público nas danças e nos cantos tradicionais.

Além do importante papel que tem dentro da universidade, a Cia. Folclórica tem papel importante também fora dela. Ela é proponente do Encontro de Mestres Populares da UFRJ, que reúne mestres e grupos da região sudeste do país. O Encontro já teve três edições e, além de oferecer palestras e oficinas, produz cartas-documentos com as reivindicações do setor encaminhadas aos órgãos competentes.

Outra ação proposta pelo grupo é o festival Folclorando, em que são apresentados os resultados de ações pedagógicas realizadas com grupos de diversas faixas etárias. Essa proposta é resultado da formação do grupo por professores de projetos sociais e das redes municipais e estaduais de ensino, que trabalham nesses ambientes os saberes populares através da dança e da música. Já são contabilizadas seis edições do evento e, no ano de 2010, teve a apresentação de 27 grupos oriundos de bairros diversos da cidade do Rio de Janeiro bem como de cidades vizinhas.

Esse é o exemplo de uma atividade que conseguiu se perpetuar ao longo de tantos anos e que aproveitou o momento histórico de avanço para propor novas e vastas atividades. É mais um programa que produz um saber incalculável para o universo díspar de sujeitos que

usufruem das suas ações e que poderia ser reproduzido em diversas instituições de ensino do país.

Esses são apenas alguns exemplos, restritos à região Sudeste, mas que visam ressaltar a amplitude da capacidade de atuação das universidades e a sua possibilidade de contribuição para as causas nacionais, nesse caso, na área cultural. Existem muitas outras ações nesse campo, mas estas poucas citadas acima reforçam a inegável e irrestrita contribuição que as instituições de ensino superior são capazes de dar para a cultura brasileira.

3.2 A EXTENSÃO E O CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

A partir do que está disposto anteriormente, é possível notar que o papel da cultura no processo educativo do país conquistou grande importância na última década, sendo as universidades públicas um elemento central. Tendo em vista esse cenário e sendo este um dos três cursos de graduação em Produção Cultural ofertados por universidades federais, o curso da UFF é um elemento fundamental nesse processo.

É evidente que o curso se imbuí de muito mais do que apenas formar produtores para serem absorvidos pelo mercado cultural³ nos seus quatro anos de formação. É proposta constantemente a reflexão e a discussão dos temas relacionados aos rumos da cultura no país, tanto no âmbito das políticas quanto da simbologia. O debate é proposto de forma ampla e democrática sobre questões que, ou não são colocadas em pauta nos fóruns da área, ou não dessa forma, o que garante aos estudantes uma formação diferenciada.

No entanto, a riqueza do debate muitas vezes não consegue ser transposta no desenvolvimento da prática durante o curso. Juntando a isso o apelo do mercado, com oferta de estágios remunerados na área e da possibilidade de estar em contato com a realidade da profissão, os

³ Os termos mercado cultural e economia da cultura não são usados de forma inocente ou impensada, eles são retrato de como a cultura vem se desenvolvendo no país, de acordo com os precedentes do capitalismo. Nessa lógica, cultura vem se tornando meramente mercadoria, é feita por poucos, para poucos e se produz o que gera lucro.

estudantes acabam ingressando no mercado, às vezes muito cedo. É comum os estágios nessa área terem alto grau de demanda desses estudantes, contribuindo por afastá-lo da graduação devido à dificuldade de conciliação entre os dois.

Essa lógica, de muito cedo os estudantes se privarem da vida universitária empobrece a sua formação acadêmica e, em certo grau, cabe à instituição tentar revertê-la e garantir a melhor fruição dos seus discentes. A oferta vagas para alunos em projetos e programas na linha cultural, sejam de pesquisa ou de extensão, tem um papel importante para reverter esse quadro. No curso de produção cultural especificamente, existe um enorme potencial latente para o desenvolvimento de ações de extensão.

Para buscar uma avaliação específica da área de Cultura dentro do campo da Extensão, busquei dados da UFF numa tentativa de mapear as ações extensivas em uma Instituição Federal de Ensino Superior que administra cursos específicos na área cultural, nesse caso, o de Produção Cultural.

Numa consulta aos projetos e programas na área da cultura cadastrados no site da Pró-Reitoria de Extensão da UFF se encontram propostos pelo curso de Produção Cultural apenas 3 atividades, sendo duas do curso de Rio das Ostras e uma do de Niterói, dentre um total de 48. É evidente que a produção cultural poderia ter uma participação colaborativa em grande parte deles, mas a falta de articulação entre os cursos de graduação se traduz nesse cenário de isolamento, isto é, dos outros 45 projetos cadastrados na área de Cultura não aparentam interagir com o curso de graduação em Produção Cultural.

Detalhando o foco da extensão no curso de Produção Cultural, disponho abaixo os três projetos propostos pelo curso em 2010:

- Projeto Mesas Triangulares, proposta do curso de Niterói, propunha a realização de seminários em formatos de mesas triangulares, com três profissionais de diferentes áreas de atuação. A composição das mesas tinha como objetivo disponibilizar olhares diferenciados sobre as novas questões acerca da cultura hoje. A realização dessas mesas aconteceram em espaços variados, de acordo com o tema da mesma.

- III Fórum de Cultura do Interior, proposto pelo polo universitário de Rio das Ostras (PURO/UFF), objetivou promover o debate sobre a cultura, especialmente sobre as políticas e os investimentos locais destinados para essa área. Objetivou ainda expandir o debate para além muro da universidade, possibilitando a participação de agentes culturais locais e pessoas dos municípios do entorno.

- Fórum Por que Produção Cultural?, também proposto pelo PURO/UFF, promoveu uma discussão interna e externa sobre as questões do curso de Produção Cultural e da Cultura. Realizado em Rio das Ostras, teve como público-alvo alunos dos cursos de graduação locais e de Niterói, bem como a população das duas cidades.

Os três projetos têm em comum o fato de serem eventuais, proporem a discussão sobre a cultura e utilizarem um formato, aparentemente, mais expositivo que participativo.

Demonstrando uma mudança nesse perfil, de propostas eventuais, levantei os dados de 2011, em especial o resultado do edital ProExt, em que foram selecionados quatro programas, que apontam ações continuadas, nas áreas de: Cultura e Arte, e Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Foi selecionado ainda um programa na área Redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza que utiliza a cultura e a arte como elementos centrais.

Não estão disponíveis os projetos, em que se dispõem os objetivos, metodologias, justificativas etc, mas para se ter uma ideia, seus títulos são: Escuta Pop Goiaba? Radiofusão Comunitária e Universitária, Polo de Produção e Pesquisa Aplicada em Jogos Eletrônicos e Redes Colaborativas (P³), Desenvolvimento participativo de arte e cultura no território quilombola Mãe Domingas e na terra indígena Trombetas-Mapuera do Alto Trombetas no Município de Oriximiná-PA, Educação Patrimonial em Oriximiná/PA e Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu 2012.

Esses programas são ilustrativos das preocupações mais gerais do curso na UFF, mas que, creio, ainda são muito tímidas na sua articulação com a extensão.

As possibilidades de atuação e de proposição do curso de produção cultural são muito vastas. A tradução dessas discussões em ações

que promovam a diversidade cultural e a democratização do acesso e dos meios culturais é uma delas. Suas ações podem servir ainda para integrar e articular os agentes culturais externos, dada a riqueza e o grau de elaboração do debate cultural interno.

No entanto, a extensão é ainda insipiente no curso, talvez por desconhecimento dos estudantes, que uma vez inteirados do universo da extensão possam vir a ser um elemento impulsionador e propositor de ações extensivas.

4. ESTUDO DE CASO

4.1 FESTIVAL UFRJMAR

O Festival UFRJmar é o exemplo de uma ação que aglutina diversas das proposições da extensão universitária, tendo conseguido evoluir do estado de evento para o de programa através da implementação de ações continuadas e permanentes, portanto, servirá para ilustrar o que foi disposto nos capítulos anteriores.

O Festival UFRJmar é uma ação de extensão realizada pelo programa Núcleo Interdisciplinar UFRJmar (originado a partir da evolução do Festival e da necessidade proposição de ações continuadas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desde a sua criação, no ano de 2002, já foram realizadas doze edições em diferentes cidades litorâneas do estado do Rio de Janeiro, e ainda quatro edições em formato reduzido que não levam o mesmo nome.

Edições do Festival

1a Ilha Grande _ dezembro de 2002

2a Arraial do Cabo _ outubro de 2003

3a Arraial do Cabo _ maio de 2004

4a Búzios _ outubro de 2004

5a Arraial do Cabo _ maio de 2005

6a Cabo Frio _ outubro de 2005

7a Cabo Frio _ maio de 2006

8a Macaé _ novembro de 2006

9a Cabo Frio _ maio de 2007

10a Cabo Frio _ maio de 2008

11a Cabo Frio e Arraial do Cabo _ maio de 2009

12a Cabo Frio e Arraial do Cabo _ setembro de 2010

Além desses eventos, quatro edições reduzidas do Festival (aproximadamente metade da estrutura do Festival) aconteceram em Paraty:

Semeando UFRJmar em Paraty _ novembro de 2007

Festa do Mar em Paraty _ setembro de 2008

Festa do Mar e do Sol _ outubro de 2009

Festa do Mar e do Sol _ novembro de 2010

Esta ação foi concebido na breve gestão do Prof. Carlos Lessa, no ano de 2002. Enquanto Reitor, ele provoca a comunidade acadêmica a realizar eventos de extensão onde a universidade fosse pouco conhecida e, dessa forma, difundir a produção acadêmica e criar um embrião da UFRJ nesses locais, de forma a tornar possível o desenvolvimento de ações permanentes. O objetivo-fim desta provocação era promover a interiorização da UFRJ no estado.

Um desdobramento dessa política universitária foi a criação do Festival UFRJmar pelo curso de Engenharia Naval e Oceânica na figura do Prof. Fernando Amorim. O evento pretendia divulgar os conhecimentos produzidos na UFRJ, sobretudo os relativos à cultura e à indústria marítima, através de oficinas, modelo que se consagrou e se tornou marca do Festival nesses nove anos de ações.

Devido a sua trajetória na instituição, tendo sido Pró-reitor de Administração e Finanças na Gestão do Prof. Horácio Macedo, nos anos de 1985-1989 (época efervescente de ações de extensão), a figura do Prof. Fernando Amorim foi fundamental para aglutinar os diversos cursos de graduação da instituição.

Historicamente o Festival estrutura-se através da proposição de oficinas e ações culturais por alunos da graduação e pós-graduação com orientação de professores, por professores e por funcionários da UFRJ. Essas oficinas são divididas nas áreas temáticas: Educação Física e Desportos, Ciência e Tecnologia, Vida e Meio Ambiente, Saúde e Bem Estar, e Letras e Artes.

Na última edição do Festival, em setembro de 2010 nas cidades de Cabo Frio e Arraial do Cabo, o Núcleo de Produção do evento, do qual faço parte, remodelou o formato do evento e colocou os alunos, professores e funcionários para pensarem coletivamente em propostas de oficinas que fossem de fato interdisciplinares. Inicialmente, houve resistência, mas ao longo de oito encontros realizados no período de dois meses, alcançou-se o objetivo, e surgiram propostas nessa linha. Disporei alguns exemplos das oficinas formuladas, para o acesso a programação completa, ver os anexos.



Construção

Naval (costura e cola, e prancha) – Reproduz, em escala reduzida, a técnica de como são feitos barcos e pranchas. Além de construir uma embarcação ou prancha, o participante os decora, ativando seu lado artístico.



Mergulho – Os participantes têm a oportunidade de experimentar os diversos equipamentos de mergulho e de conhecer o fascinante mundo subaquático, trabalhado nas outras oficinas.



“O mundo numa gota d’água” - Apresenta e forma divertida e dinâmica o tema “microorganismos, vida e saúde”, explorando as relações e as influências entre si.



Dentro do Mar tem barco, mitos, música e animação – Por meio de jogos e das músicas do compositor baiano Dorival Caymmi, os participantes descobrirão lendas, mitos e contos marítimos afrobrasileiros.

O balanço do evento foi muito positivo, especialmente a oportunidade da troca entre alunos de cursos que não costumam se comunicar. O público-alvo do Festival são os alunos e professores da rede municipal e estadual de ensino, mas promover a troca entre os estudantes da UFRJ que durante o evento podem participar das outras oficinas é mais uma contribuição do Festival.

Inicialmente, a UFRJ procurava as prefeituras das cidades para propor a realização do evento, mas após algumas edições, as prefeituras começaram a convidar a UFRJ. A parceria com o poder municipal é muito importante, pois depende dela o posterior desdobramento em ações permanentes nesses locais.

Além do interesse na realização do evento em si, o Festival é responsável por movimentar a economia desses locais em época de baixa temporada. Nos dias do evento é necessário transportar, hospedar e alimentar as cerca de quinhentas pessoas, entre estudantes, professores e funcionários, que são deslocados para a execução das atividades. Além

dessa estrutura, é necessária uma infraestrutura de tendas, banheiros, mesas e cadeiras etc, normalmente de fornecedores locais.

Todo esse aparato já foi custeado de diferentes maneiras, parte pela prefeitura, parte pela UFRJ, por financiamento de empresas privadas (ex.: Petrobras e Banco do Brasil), mas nas últimas edições o custeio tem sido feito quase que exclusivamente com orçamento próprio da instituição. Por um lado, é o reconhecimento institucional de uma ação de extensão através da destinação de verba orçamentária, por outro é um desafio de execução pois a estrutura burocrática não é feita para executar ações desse tipo.

Desdobramentos do Festival em ações permanentes são: o Museu da Ciência e da Cultura do Mar, Museu do Mar da UFRJ, que em 2011 iniciou sua ação com a oferta de atividades para escolas do entorno da Ilha do Fundão; criação de um polo de atividades em Paraty, o qual pretende-se evoluir para uma escola da UFRJ, esse núcleo além de oferecer cursos para alunos, professores e funcionários das redes locais de ensino, e ainda para a população como um todo, participa dos Conselhos Municipais de Cultura e é co-realizador do de Educação, e realiza ainda diagnósticos/pesquisas do relevo, da mata Atlântica e da borda d'água de Paraty e seu entorno.

O desdobramento mais significativo alcançado por meio do Festival UFRJmar foi a criação e implementação do Instituto Politécnico (IP) da UFRJ em Cabo Frio. Iniciado no início do ano de 2008 com 90 alunos, a escola já conta hoje com cerca de 500 alunos nos ensinos fundamental e médio.

A implementação do IP foi possível graças ao convênio assinado entre a Prefeitura de Cabo Frio e a UFRJ no Festival de 2007. A proposta da escola, que contempla os ensinos fundamental e médio, é inovadora e trabalha a partir de núcleos temáticos (Práticas de Comunicação Social e Artes, Práticas Desportivas Aquáticas e Terrestres, Relações Sociais, Ciências Naturais e Outras Tecnologias) e trabalha esse conteúdo através de uma metodologia por projetos.

O IP diploma técnicos em Construção Naval, Produção Audiovisual, Pesca e Aquicultura, Mergulho, e Análises Químicas. Além da

formação técnica, o Instituto Politécnico é um programa de formação de professores recém-graduados que trabalham em regime integral.

Atualmente, o Núcleo Interdisciplinar UFRJmar procura consolidar essas ações através da criação de um instituto, o NIDES, Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, que além dos projetos próprios, agregaria outros projetos de pesquisa e extensão, como o Laboratório de Informática para a Educação (LIPE), Laboratório de Fontes Alternativas de Energia (LAF AE) e o Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC). No momento a proposta de criação do NIDES encontra-se em discussão no Conselho Universitário.

Como se pode ver, o Festival UFRJmar é originador de ações permanentes de grande relevância nas cidades em que se instalou. O desenvolvimento dessas ações agrega as diversas áreas de conhecimento e conjuga ensino, pesquisa e extensão, trabalhando de forma interdisciplinar e indissociada.

4.2 RELATO EM PRIMEIRA PESSOA – FORMAÇÃO PELA EXTENSÃO

Meu primeiro contato com o Festival UFRJmar aconteceu em maio de 2006, na 7ª edição, realizada em Cabo Frio, a título de público quando ainda não sabia sequer o que era extensão ou estava cursando o ensino superior. No ano seguinte, em 2007, ingressei no Núcleo Interdisciplinar UFRJmar como bolsista do programa institucional de bolsas de extensão da UFRJ.

Inicialmente, por estudar no campus da Praia Vermelha e a sede do programa ser no campus do Fundão, tinha um envolvimento limitado. No entanto, conforme aumentou minha participação nas atividades do Núcleo e o preconceito da distância foi superado, a atuação ativa e diária no programa serviu para mim como estímulo para refletir sobre aquilo que era possibilitador do nosso trabalho, a universidade pública brasileira.

Observar o público durante os Festivais, conversar com Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Promoção Social, Turismo e

Ciência e Tecnologia, ter contato com professores e diretores de escolas municipais e estaduais, e com os comerciantes locais, foi vital para minha compreensão da importância das ações que estávamos desenvolvendo. Por conta disso, fiz o caminho que julguei melhor, primeiro procurei entender o papel da universidade, que possibilita tal tipo de atividades, e só então o da extensão.

O papel da universidade é até simples de se entender quando está no papel e no discurso, mas quando olhei para o campo, ficou tudo meio confuso. Entender a universidade leva tempo, a política universitária, as disputas de poder, os partidos políticos inseridos nessas disputas, as correntes conservadoras e progressistas, as lutas sindicais, o movimento estudantil e assim por diante. Levou tempo pra me localizar no tempo (sim, as universidades atuam na sua própria unidade temporal) e espaço da UFRJ, e vai levar ainda todo o tempo que dedicar a isso, pois é um organismo em constante modificação. Quando consegui me situar melhor ante as particularidades da UFRJ, percebi que era só um microcosmo do cenário das universidades públicas brasileiras.

Tentar entender todas as universidades públicas brasileiras é, para mim, muito ousado, mas saber que cada uma tem sua própria dinâmica fruto de processo histórico de sua construção foi uma descoberta que julgo importante. No entanto, se inteirar das políticas de educação superior em âmbito nacional, como as políticas de ampliação do sistema, de democratização do acesso e de permanência nas universidades, é algo viável e que procurei fazer.

Confesso que tive sorte pois vivo num momento onde esse tipo de políticas existem e são implementadas, um momento recente. Tive sorte ainda por estar em uma instituição que apoia a participação de seus estudantes em Seminários e Congressos espalhados pelo Brasil e por conhecer pessoas nessa trajetória dispostas a compartilhar o conhecimento da universidade acumulado em muitos anos.

A motivação para estudar extensão não decorre diretamente desse primeiro momento, de compreensão do papel da universidade, mas do convívio ao longo desses mais de quatro anos com professores, funcionários e estudantes militantes da extensão, de todo o Brasil, mas especialmente da

UFRJ, com estudantes que atuam em algum projeto ou programa de extensão, mas não refletem sobre ela, com estudantes que nunca ouviram falar sobre extensão, com o cenário vasto de proposições de extensão em âmbito nacional e da atuação própria atuação no Núcleo Interdisciplinar UFRJmar, que me possibilitou iniciar toda essa reflexão.

Encontrava em muitas das pessoas com que conversava a dificuldade de entender a extensão e, na tentativa de esclarecer, encontrava em mim a dificuldade de delimitá-la e conceituá-la. Escrever esse trabalho foi a minha solução para ambos os problemas e o fazendo pude compreender o tamanho do papel da extensão universitária no meu processo de formação enquanto estudante, enquanto pessoa e enquanto cidadã crítica.

Posso dizer que na graduação de Extensão tive “disciplinas” de construção das universidades no Brasil, de ampliação do ensino superior, de democratização do acesso, de importância da extensão universitária e de combate ao conservadorismo dentro das universidades. Nelas tive muitos professores, titulados ou não, que me possibilitaram ampliar os horizontes e perceber a universidade como uma formadora de sujeitos e, não somente, de profissionais, e como elemento da transformação social de que carece o Brasil.

CONCLUSÃO

Depois de tudo que foi disposto nesse trabalho, a extensão só pode ocupar um espaço, o de fundamental na universidade de hoje. Ela demanda que seja transpassada a redoma do conhecimento “puro”, pois conjuga os conhecimentos acadêmico e popular. Pela extensão, chega o conhecimento das tradições, a sabedoria popular, a decodificação da leitura do mundo.

A importância da extensão dada a conjuntura brasileira é evidente e muito se avançou nos seus pouco mais de vinte anos desde a retomada pós ditadura. Destaca-se o período recente de ampliação da cidadania que o país vive a partir do governo Lula como uma fase de conquistas do movimento extensionista. Faz parte desse movimento a busca pela institucionalização e pela ampliação da extensão nas universidades espalhadas pelo país.

A ampliação da atuação da extensão acarretará novas problemáticas, mas isso é inerente ao processo de mudanças. Avançar nesse sentido é consolidar o papel da extensão, já com muito atraso. Proporcionar que mais pessoas de dentro e de fora da universidade tenham acesso às ações extensionistas alinha-se aos processos recentes de ampliação da cidadania e de ampliação do sistema de ensino superior no Brasil. Além disso, abre um cenário rico de possibilidades nesses sentidos.

Enumerar todos os fatores que designam tamanha importância à prática extensiva é redundante diante de tudo o que precede esse capítulo final, mas ficam ressaltados aqui, o seu espaço na universidade brasileira, o seu avanço histórico e o vácuo que ainda resta para ser preenchido por ela.

Recortando o tema da cultura, com o qual tenho uma relação mais próxima, entre outros fatores, proporcionada pela graduação em Produção Cultural, destaca-se um grande potencial no desenvolvimento de ações extensivas nessa área. Ouso dizer que a cultura é a área que melhor articula as proposições da extensão pois está “capilarizada” nos mais diversos espaços da realidade e na infinitude de suas práticas.

A cultura tem ainda a característica de se relacionar facilmente com as outras áreas com as quais a extensão pretende trabalhar, representando um elo comum entre elas, que às vezes parecem tão distantes. É preciso que a Universidade Brasileira reconheça essa vocação da cultura e se utilize dela para construir uma relação mais próxima com a sociedade, tão cara a extensão.

BIBLIOGRAFIA:

- FILHO, Naomar de Almeida. Sentidos da Extensão no Contexto Atual da Universidade Brasileira. VII SEMPE, UFRN, 18 de abril de 2011.

- LA JUVENTUD ARGENTINA DE CÓRDOBA A LOS HOMBRES LIBRES DE SUDAMÉRICA. Manifiesto de Córdoba – Reforma Universitaria, 21 de junio de 1918.

- LEHER, Roberto. Reforma Universitaria de Córdoba, noventa anos. Um Acontecimento Fundacional para a Universidade Latino-americanista. *En publicacion: La reforma universitaria : desafíos y perspectivas noventa años después*. Sader, Emir; Gentili, Pablo; Aboites, Hugo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2008.

- SANTOS, Boaventura de Souza. A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3 ed.. São Paulo: Cortez, 2010.

- SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire, 2008.

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 1988.

_____. Decreto 19.402 de 14 de novembro de 1930.

_____. Decreto 19.851 de 20 de dezembro de 1931. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

_____. Diário Oficial da União – seção 1, Nº126, segunda-feira, 5 de julho de 2010.

_____. Plano nacional de educação – Brasília: Senado Federal, UNESCO, 2001.

- COMPANHIA FOLCLÓRICA DO RIO DE JANEIRO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Book Tamborzada.

- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.1).

- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. Universidade Aberta da Terceira Idade – Programação das Atividades de 2011.

- MINISTÉRIO DA CULTURA. Homepage <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/07/12/cultura-e-universidade/>> Acesso em: 30 mai. 2011.

ANEXO 1:**Plano Nacional de Extensão Universitária**
Edição Atualizada**Brasil**
2000 / 2001**Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu /
MEC**

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de Liberação Serif;MS PMinchoextensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino.

SANTOS, Boaventura de Souza.

APRESENTAÇÃO

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Este Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, reflete o compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia. A adesão de outras instituições de ensino superior significa adesão a esses princípios, objetivos e diretrizes.

O Plano não pretende subtrair das universidades a capacidade de decidir sobre seus programas de extensão universitária. Tendo sido elaborado em debate aberto, representa o pensamento de grande parte das comunidades universitárias brasileiras, reconhece a autonomia da universidade e apresenta propostas orientadas por valores civilizatórios.

PONTO DE PARTIDA

A extensão universitária é a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade. Nos dez anos de existência do Fórum⁴ - com uma nova Constituição, uma nova LDB e com o Plano Nacional de Educação -, seus conceitos amadureceram, seus instrumentos foram aperfeiçoados e suas principais dificuldades foram afastadas.

Assim é que, no Fórum de Pró-Reitores, elaborou-se o Programa Universidade Cidadã, em que foram definidos oito eixos temáticos considerados áreas importantes de atuação para o momento em que vivemos e nos quais as universidades já trabalhavam, atendendo às demandas da sociedade. O Programa Universidade Cidadã foi o ponto de partida para a produção deste Plano Nacional.

POLÍTICAS PÚBLICAS

As universidades públicas brasileiras são instituições criadas para atender às necessidades do país. Estão distribuídas em todo o território nacional e em toda a sua existência sempre estiveram associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político da nação, constituindo-se em espaços privilegiados para a produção e acumulação do conhecimento e a formação de profissionais cidadãos.

Por isso, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão propõe a participação dessas universidades nas discussões, elaboração e execução de políticas públicas que tenham a cidadania e o cidadão como suas principais referências.

4 Referência de 1997, quando o texto começou a ser redigido.

BREVE HISTÓRIA

GÊNESE E CAMINHOS

A universidade brasileira surgiu tardiamente, na primeira metade do século XX, pela união de escolas superiores isoladas criadas por necessidades práticas do governo, por carências sentidas pela sociedade ou como resultado de avaliação sobre um potencial existente em uma ou outra área. Liberation Serif;MS PMincho

Foi também nesse período que as conferências tidas como "lições públicas" começaram a ser oferecidas pela Universidade de São Paulo, caracterizando a tomada de consciência da instituição para essa necessidade de difundir o conhecimento ali acumulado.

De qualquer modo, esses fatos colocam as universidades brasileiras, desde o início de sua história, muito próximas das comunidades que lhes deram origem.

MOVIMENTOS SOCIAIS

No fim dos anos 50, início dos anos 60, os estudantes universitários brasileiros, organizados na União Nacional dos Estudantes - UNE, empreenderam movimentos culturais e políticos reconhecidos como fundamentais para a formação das lideranças intelectuais de que carecia o país. Estavam assim definidas as árLiberation Serif;MS PMinchoeas de atuação extensionista, antes mesmo que o conceito fosse formalmente definido.

O fortalecimento da sociedade civil, principalmente nos setores comprometidos com as classes populares, em oposição ao enfraquecimento da sociedade política ocorrido na década de 80, em especial nos seus últimos anos, possibilita pensar a elaboração de uma nova concepção de universidade, baseada na redefinição das práticas de ensino, pesquisa e extensão até então vigentes.

NOVA CONCEPÇÃO

Do assistencialismo passou-se ao questionamento das ações desenvolvidas pela extensão; de função inerente à universidade, a extensão começou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando e assessorando os movimentos sociais que estavam surgindo.

A institucionalização passava a ser perseguida, só que em sua dimensão processual, envolvendo toda a universidade - e não mais através de programas concebidos fora do espaço acadêmico. Pelo ensino se encontrariam formas de atender à maioria da população, através de um processo de educação superior crítica, com o uso de meios de educação de massa que preparassem para a cidadania, com competência técnica e política.

A pesquisa, tanto a básica quanto a aplicada, deveria ser sistematicamente direcionada ao estudo dos grandes problemas, podendo fazer uso de metodologias que propiciassem a participação das populações na condição de sujeitos, e não na de meros espectadores.

EXTENSÃO E CONHECIMENTO

Esse tipo de extensão - que vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais) - já apontava para uma concepção de universidade eLiberation Serif;MS PMinchom que a relação com a população passava a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica.

Dentro desses balizamentos, a produção do conhecimento, via extensão, se faria na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade.

O QUE É A EXTENSÃO

CONCEITUAÇÃO

O reconhecimento legal dessa atividade acadêmica, sua inclusão na Constituição e a organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, no fim da década de 80, deram à comunidade acadêmica as condições e o lugar para uma conceituação precisa da extensão universitária, assim expressa no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão⁵:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

INSTITUCIONALIZAÇÃO

A conceituação assumida pelos Pró-Reitores expressa uma postura da universidade diante da sociedade em que se insere. Sua função básica de produtora e de socializadora do conhecimento, visando à intervenção na realidade, possibilita acordos e ação coletiva entre universidade e população.

Por outro lado, retira da extensão o caráter de "terceira função" para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta.

Ao se afirmar que a extensão é parte indispensável do pensar e fazer universitários, assume-se uma luta pela institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, o que implica a adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria política das universidades.

Ao reafirmar o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade.

5 Referência ao encontro de 1987, quando foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

PESQUISA E ENSINO

Com relação à pesquisa, reconhece-se um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado na universidade com setores da sociedade. Assume interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/comunidade, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisados e pesquisadores, visando à criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais, em que a questão central será identificar o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos.

Quanto ao ensino, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que não se limite ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreenda todos os espaços, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

O estágio curricular é alçado como um dos instrumentos que viabilizam a extensão enquanto momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, devendo ser obrigatório para todos os cursos, desde o primeiro semestre, se possível, e estar integrado a projetos decorrentes dos departamentos e à temática curricular, sendo computado para a integralização do currículo de docentes e discentes.

AÇÃO GLOBAL

Fica claro que a extensão só se concretizará, enquanto prática acadêmica, quando for discutida a sua proposta de ação global e sua inserção institucional nos departamentos, definindo as suas linhas de ensino e pesquisa em função das exigências da realidade.

É importante ressaltar que a intervenção na realidade não visa levar a universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzir saberes, tanto científicos e tecnológicos quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população, ou seja, a compreensão da natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam dos resultados produzidos pela atividade acadêmica, o que não significa ter que, necessariamente, freqüentar seus cursos regulares.

PLANO NACIONAL

PRINCÍPIOS BÁSICOS | PROFISSIONAL CIDADÃO | INSTRUMENTO DE MUDANÇA SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA | OBJETIVOS | METAS (ORGANIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE) ÁREAS TEMÁTICAS | UNIVERSIDADE CIDADÃ | FINANCIAMENTO E AVALIAÇÃO

PRINCÍPIOS BÁSICOS

Assumir mais veementemente a posição de uma universidade voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população requer a retomada de alguns princípios básicos presentes na plataforma política da extensão universitária desde 1987:

- a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;
- a universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;
- a universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;
- a ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
- a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
- a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

PROFISSIONAL CIDADÃO

Assim, tem-se hoje como princípio que, para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar.

A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.

INSTRUMENTO DE MUDANÇA

A partir dessas premissas é que se considera a atividade de extensão, pelo potencial da comunidade universitária (professores, alunos, técnicos), um instrumento incomparável de mudança nas próprias instituições onde se desenvolve e nas sociedades onde essas instituições estiverem inseridas.

Resultado dessas reflexões é que se considera importante consolidar essa prática dentro das instituições de ensino, o que possibilitará a constante busca do equilíbrio adequado entre as demandas que lhe são socialmente exigidas e os saberes e as inovações que surgem do trabalho de seus professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos.

SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA

Este Plano Nacional de Extensão Universitária, além do significado para o desenvolvimento das instituições acadêmicas, é importante também porque permite:

- a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;
- a garantia de recursos financeiros destinados à execução de políticas públicas correlatas, viabilizando a continuidade dos referidos programas;
- o reconhecimento, pelo poder público, de que a extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã;
- a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país.

OBJETIVOS

- Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade;
- dar prioridade às práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com as áreas de educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda;
- estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade;
- enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, aí incluindo a educação continuada e a distância;

- considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;
- inserir a educação ambiental e desenvolvimento sustentado como componentes da atividade extensionista;
- valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional;
- tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade;
- criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;
- possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país.

METAS

Para a consecução dos objetivos propostos, é necessário estabelecer metas⁶ no sentido de organizar a própria atividade de extensão universitária, simultaneamente com as metas ligadas à articulação com a sociedade:

ORGANIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

- Consolidação do Sistema de Informações sobre extensão universitária, através da implantação de Banco de Dados Inter-relacional, em até dois anos;
- inclusão das instituições públicas de ensino superior à Rede Nacional de Extensão (RENEX), no máximo em um ano;
- elaboração de uma proposta de Programa Nacional de Avaliação da Extensão Universitária das universidades brasileiras, a ser apoiado e financiado pela Secretaria de Educação Superior do MEC, no prazo de um ano;
- implementação do Programa de Avaliação da Extensão Universitária nas IES em até três anos;
- definição de linhas prioritárias de extensão nos planos estratégicos departamentais e das universidades, em até um ano;
- adoção de indicadores quantitativos e qualitativos de extensão nas análises de mérito para alocação de vagas para docentes nas unidades e departamentos e para distribuição de recursos orçamentários internos, em dois anos;
- implantação de um Sistema Nacional de Educação Continuada e a Distância, incluindo as IES, através do desenvolvimento de mecanismos de interlocução com a Secretaria Nacional de Educação a Distância, do MEC, em até três anos;
- institucionalização da participação da extensão no processo de integralização curricular, em quatro anos;

⁶ Os prazos tomam como referência o ano de 1998, quando o Plano foi aprovado em plenária do Fórum.

- implementação de escritórios ou coordenações de desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia, articulados com as Pró-Reitorias de Extensão, em até dois anos;
- instituição de um Programa Nacional de Fomento à Extensão, Custeio e Bolsas de Extensão que seja balizado nos conceitos desenvolvidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e pela sociedade civil, dentro das áreas consideradas prioritárias, em até dois anos.

ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE

- Desenvolvimento de programas e projetos de extensão ligados à:
 - ampliação da oferta e melhoria da qualidade da Educação Básica, em até três anos;
 - preservação e sustentabilidade do meio ambiente, em parceria com as agências financiadoras, em nível nacional e internacional, em até três anos;
 - melhoria da saúde e qualidade de vida da população brasileira, em até três anos;
 - melhoria do atendimento à atenção integral à criança, adolescente e idoso, em até dois anos;
- participação no Programa Nacional de Educação nas áreas da Reforma Agrária através da capacitação pedagógica de monitores e coordenadores locais, em até dois anos;
- promoção do desenvolvimento cultural, estimulando as atividades voltadas para o incentivo à leitura, turismo regional, folclore e cultura popular, em até dois anos;
- desenvolvimento, em parceria com órgãos federais, estaduais, municipais e entidades não governamentais, de programas e projetos voltados para a formação de mão de obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e a capacitação de gestores de políticas públicas, em até três anos.

ÁREAS TEMÁTICAS

Este Plano Nacional se desdobrará em planos regionais e institucionais que considerarão as seguintes áreas temáticas⁷:

1. Comunicação
2. Cultura
3. Direitos humanos
4. Educação
5. Meio ambiente
6. Saúde
7. Tecnologia
8. Trabalho

⁷ Julgou-se oportuno, aqui, substituir o texto original do Plano, a fim de consolidar o esforço de harmonização terminológica na classificação dos programas/projetos/atividades de extensão. Assim, foram adotadas as áreas temáticas definidas no documento do Grupo de Trabalho sobre Sistema de Dados e Informações e RENEX, aprovado pelo Fórum em dezembro de 1999, Brasília, no lugar dos oito eixos temáticos constantes no Plano aprovado em 1998, quais sejam: Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; Promoção à saúde e à qualidade de vida; Educação básica; Desenvolvimento da cultura; Transferência de tecnologias apropriadas; Atenção integral à criança, adolescente e idoso; Capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas; Reforma agrária e trabalho rural.

UNIVERSIDADE CIDADÃ

A construção dos planos regionais e institucionais tomará por base a delimitação do perfil geopolítico de cada região, a indicação das demandas sociais, a conseqüente definição de programas e projetos, e terá o suporte teórico e metodológico de acordo com o Programa Universidade Cidadã, que objetiva:

- a formação do indivíduo enquanto ser humano e social, a formação do cidadão, do profissional e do profissional cidadão;
- ações junto às comunidades de baixo poder aquisitivo e que requerem, portanto, potencializar sua organização política;
- ações em parceria com lideranças e instituições das comunidades e dos movimentos sociais;
- consolidação da organização das comunidades;
- ações assumidas coletivamente dando a elas caráter impessoal;
- identificação de oportunidades, demandas, necessidades e problemas comuns visando o processo de integração e de autonomia das comunidades, não se caracterizando como uma ação assistencialista;
- construção com todos os parceiros de projetos e atividades, permitindo a imediata legitimidade das prioridades demandadas, absorvendo valores culturais próprios das comunidades;
- diálogo aberto entre universidade e comunidade ao articular o saber popular e as práticas sociais das comunidades com o saber acadêmico e a prática social da vida universitária;
- parcerias no âmbito do poder público e da sociedade civil.

FINANCIAMENTO E AVALIAÇÃO

O financiamento das metas da organização da extensão universitária terá como fonte de recursos os órgãos federais e estaduais de educação e as próprias universidades. O financiamento das metas relativas à articulação com a sociedade será definido a partir da realização de parcerias com órgãos e instituições ligadas às áreas e articulações políticas com agências de desenvolvimento.

O Fórum proporá um sistema de avaliação das metas contidas no plano a ser desenvolvido pelas instituições envolvidas no processo.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras,

Natal - RN, 8 de maio de 1998.

INSTITUIÇÕES SIGNATÁRIAS**NORTE**

Faculdade de Ciências Agrárias do Pará - FCAP

Universidade da Amazonas - FUAM

Universidade do Estado do Pará - UEPA

Universidade Federal do Acre - UFAC

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

Universidade Federal do Pará -UFPA

Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Universidade Federal de Roraima - UFRR

NORDESTE

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC/BA

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Universidade Estadual do Vale do Acaraú - UVA/CE

Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Universidade Federal do Ceará - UFCE

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Universidade Federal do Piauí - UFPI

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Universidade Federal de Sergipe - UFSE

Universidade de Pernambuco - UPE

Universidade Regional do Cariri - URCA/CE

CENTRO-OESTE

Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - FUEMS

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - FUFMS

Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

Universidade de Brasília - UnB

Universidade Estadual de Anápolis - UNIANA

Universidade Federal de Goiás - UFG

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

SUDESTE

Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro - CEFET/RJ

Centro Federal de Educação Técnica de Minas Gerais - CEFET/MG

Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas

Escola Federal de Engenharia de Itajubá - EFEI

Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina

Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - FMTM

Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei - FUNREI

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Universidade Estadual Paulista - UNESP

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Universidade Federal Fluminense - UFF

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Universidade Federal de Lavras - UFLA

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Universidade Federal de Viçosa - UFV

Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO

Universidade de São Paulo - USP

SUL

Centro Federal de Educação Técnica do Paraná - CEFET/PR

Fundação Universidade do Rio Grande - FURG

Universidade Estadual de Londrina - UEL

Universidade Estadual de Maringá - FUEM

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Secretaria de Educação Superior / Ministério da

Educação - SESu / MEC

ESTA EDIÇÃO

EQUIPE

Estabelecimento e revisão dos textos:

Prof^a. Jane Voisin (UESC-BA), Prof^a Dóris Santos de Faria (UnB), Prof^a Inês Luci Machado Carrijo (UFU), Prof. Edison José Corrêa (UFMG), Prof. Targino de Araújo Filho (UFSCar), Prof^a Malvina Tania Tuttman (UNIRIO).

Revisão final:

Prof^a Maria Luiza Nora (UESC-BA)

Website:

Cesar Lawinsky (PROEX / UESC-BA)

A versão original do Plano Nacional de Extensão lançada em 1999 foi elaborada pelos membros da Coordenação Nacional do Fórum, gestão 1998/1999, com a participação do Prof. Luiz Roberto Lize Curi, Diretor do Departamento de Política do Ensino Superior, SESu / MEC.

Bibliografia consultada, além dos documentos originais do Fórum:

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). *Extensão Universitária: diretrizes e políticas*. Belo Horizonte: PROEX / UFMG, 2000.

ANEXO 2:


**XII Festival
UFRJ Mar**

15, 16 e 17 de setembro 2010

Pólos em Cabo Frio
Escola Municipal Marly Capp
Escola Municipal Edilson Duarte
Dormitório das Garças

Pólos em Arraial do Cabo
Prainha
IFRJ

Apresentação da
Companhia Folclórica da UFRJ
e do Grupo Barra Vento
Teatro Arena, Arraial do Cabo,
17 de setembro, 20h30



www.festivalufrjmar.wordpress.com



Programação

XII Festival UFRJ Mar



Terreno da UFRJ - Dormitório das Garças, Cabo Frio

PRE mar (Prevenção, Reciclagem e Ecologia no mar) - Aborda por meio dos jogos a importância da prevenção dos acidentes no mar, da ecologia marinha e da reciclagem de diferentes materiais.

Registro Mural - Apresenta a história e a técnica da pintura mural propondo como prática a confecção de um registro plástico coletivo a partir das descobertas realizadas em outras oficinas.

Câncer de Pele e Radiações - A partir de dinâmicas, busca informar sobre formas de prevenção e identificação de lesões suspeitas a serem câncer de pele abordando aspectos relativos a radiações como os raios ultravioletas.

Caramujo Africano - A oficina apresenta métodos de prevenção, catação e descarte do caramujo africano.

Vermicompostagem - A oficina visa estimular a vermicompostagem como forma de decompor pequenas quantidades de lixo orgânicos produzidos nas casas da comunidade.

Horta alternativa - A oficina visa ensinar como montar hortas alternativas em pequenos espaços.

Dengue - A oficina trabalha métodos de combate ao mosquito transmissor da dengue.

Dança de salão - Prática de várias danças de salão.

Construção naval - Costura e cola, prancha.

Escola Municipal Edilson Duarte, Cabo Frio

Diagnóstico Clima e Saúde - Explora a partir de gincanas os principais problemas de saúde que acometem ao ser humano advindos dessa interação Homem, Clima e Meio Ambiente.

Sexualidade, arte e ciência na sociedade - Apresenta a sexualidade e seus desdobramentos de forma lúdica, informal e interdisciplinar buscando alcançar o interesse do público.

Encenando o RCP - A partir de uma peça de teatro que contará com a participação do público, serão explorados e praticados os princípios da reanimação cardiopulmonar (RCP).

Dentro do mar tem barco, mitos, música e animação - Por meio de jogos e das músicas do compositor baiano Dorival Caymmi, os participantes descobrirão lendas, mitos e contos marítimos afrobrasileiros.

Higiene e Saúde - De forma lúdica, apresenta a importância da higiene no cotidiano, focando os mecanismos de transmissão das duas principais doenças da infância: infestação por piolho e sarna.

Feridas e Queimaduras - Apresenta os diferentes tipos de queimaduras e feridas, onde os participantes poderão reconhecê-los através de pinturas corporais e maquiagens.

O mundo em uma gota d'água - Apresenta de forma divertida e dinâmica o tema "microorganismos, vida e saúde", explorando as relações e as influências desses entre si.

Papo-Cabeça - a oficina aborda os temas da sexualidade e da gravidez de maneira lúdica.

Escola Municipal Marli Capp, Cabo Frio

Água é vida... - Demonstra de forma lúdica ações do ser humano que afetam não só a quantidade, mas a qualidade de água disponível na Terra.

RX do Corpo humano - A partir da montagem do corpo humano com o uso de chapas de raio X, buscará o descobrimento do sistema ósseo do corpo humano e de alguns casos de fraturas.

Dança no litoral - Por meio de brincadeiras, explora a história de algumas danças (samba, forró, salsa, zouk, danças folclóricas, ciranda) onde, posteriormente, será praticado alguns passos básico dessas.

Dengue - Aborda o tema de forma prática e divertida para as crianças, destacando os pontos principais da doença além da identificação do mosquito e sua prevenção.

Nutrirão idéias para uma vida saudável - Abrange conhecimentos sobre alimentação e nutrição, por meio de atividades lúdicas que propiciem melhores escolhas alimentares e conseqüentemente, uma alimentação saudável.

Sexualidade e Doenças Sexualmente Transmissíveis - Explora de maneira simples e transparente algumas das principais transformações e dúvidas na pré-adolescência e a adolescência como as mudanças corporais e comportamentais, relações sexuais, prevenção da transmissão de DSTs e gravidez na adolescência.

Outras maneiras de viver a cidade... - Explora através de um circuito interativo as dificuldades enfrentadas pelos deficientes físicos, visuais e auditivos, tanto de locomoção quanto de comunicação na vida em sociedade.

Praia dos Anjos, Arraial do Cabo

Mergulho - Os participantes terão a oportunidade de experimentar os diversos equipamentos de mergulho e de conhecer o fascinante mundo subaquático.

Navegação - Aborda as noções básicas de navegação à vela e à remo, possibilitando a vivência nas embarcações classes MV25 e Dingle, caiaques duplo e individual.

Entre as águas do mar - Oficina de navegação em dingle e caiaque, com pintura, poesia e música.

Snorkelling - Mergulho na superfície - Para descobrir o snorkelling, a sua história e a sua importância em Arraial do Cabo.

Tá dando onda - Para descobrir o mar, as ondas e o surf.

Handbeach - Prática de atividade física na areia, na qual o jogar é similar com o de handebol, porém o espaço físico e as regras são distintas.

Pesque e Solte - Atividade sobre a pesca e a maricultura.

IFRJ, Arraial do Cabo

Corrida Contra o Desperdício - A oficina consiste em um jogo cujo objetivo é utilizar o mínimo de água para realizar as provas que acontecem em um labirinto.

Danças Brasileiras - A oficina trabalha com a experimentação e compreensão do conceito de ritmo, através de Danças populares relacionadas ao mar.

Mito e Lendas do Mar - A oficina aborda a temática dos mitos e lendas relacionados ao mar com enfoque nas criaturas mitológicas marinhas.

Máquina do Tempo - Para brincar com o tempo.

Tudo que vai volta - A oficina visa mostrar que toda ação negativa do homem no meio ambiente provoca uma reação.

Circuito da Vida: Você se conhece - A oficina tem como objetivo contribuir para a compreensão da importância da água em cada fase da vida (criança, adolescente, adulto e idoso).

De olho no óleo de óleo na água - O objetivo principal desta oficina é refletir sobre o impacto ambiental, visando os aspectos químicos sociais e econômicos.

